



CÓD: OP-043MR-24
7908403550470

ENEM

2024

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:

Língua Portuguesa

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Estrutura E Formação Das Palavras. | 9 |
| 2. Letra E Fonema. | 9 |
| 3. Acentuação. | 10 |
| 4. Ortografia. | 10 |
| 5. Significação Das Palavras. | 11 |
| 6. Adequação Vocabular. | 12 |
| 7. Coesão E Coerência. | 12 |
| 8. Tipos De Discurso. | 13 |
| 9. Teoria Da Comunicação: Emissor, Mensagem E Receptor. | 16 |
| 10. Funções Da Linguagem. | 16 |
| 11. Intertextualidade. | 18 |
| 12. Classes De Palavras. Colocação Pronominal. | 19 |
| 13. Crase. | 25 |
| 14. Concordância Verbal E Nominal. | 26 |
| 15. Regência Verbal E Nominal. | 28 |
| 16. Sintaxe – Termos Da Oração Período Composto Por Coordenação E Subordinação. | 29 |
| 17. Pontuação. | 31 |
| 18. Figuras De Linguagem. | 32 |
| 19. Tipos E Gêneros Textuais. | 34 |
| 20. Interpretação. | 35 |
| 21. Variação Linguística. | 35 |
| 22. Literatura: Movimentos Literários – Portugal E Brasil..... | 36 |

Lingua Inglesa

| | |
|------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Técnica de Leitura de Texto de Língua Inglesa no Brasil. | 63 |
| 2. Artigos. | 65 |
| 3. Pronomes. | 66 |
| 4. Conjunções. | 67 |
| 5. Substantivos. | 69 |
| 6. Verbos. | 69 |
| 7. Preposições. | 72 |
| 8. Adjetivos. | 73 |
| 9. Advérbios..... | 74 |

Lingua Espanhola

| | |
|--------------------------------------------|----|
| 1. Interpretação Textual em Espanhol. | 83 |
| 2. Substantivos. | 84 |
| 3. Artigos e Contrações. | 85 |
| 4. Advérbios e Adjetivos. | 85 |
| 5. Pronomes. | 86 |
| 6. Verbos. | 86 |
| 7. Preposições e Conjunções. | 88 |

Artes

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução à História da Arte. | 95 |
| 2. Resumo dos Estilos Artísticos – Mundo. Resumo dos Estilos Artísticos - Brasil | 102 |

Educação Física

| | |
|-----------------------------|-----|
| 1. Linguagem Corporal. | 149 |
| 2. Imagem Corporal | 152 |

Matemática e suas Tecnologias

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Números naturais, inteiros, reais, racionais, primos, múltiplos e divisores. | 159 |
| 2. Números complexos. | 169 |
| 3. Porcentagem. | 176 |
| 4. Razão e proporção. | 178 |
| 5. Regra de três simples e composta. | 179 |
| 6. Sistemas de unidades de medidas. | 181 |
| 7. Equações e inequações do 1º e 2º grau. | 183 |
| 8. Funções. | 186 |
| 9. Gráficos e tabelas. | 202 |
| 10. Fração algébrica. | 204 |
| 11. Fatoração. | 206 |
| 12. Produtos notáveis. | 209 |
| 13. Teoria dos conjuntos. | 209 |
| 14. Sequências, progressão aritmética e geométrica. | 212 |
| 15. Análise combinatória. | 217 |
| 16. Probabilidade. | 219 |
| 17. Geometria. | 222 |
| 18. Polinômios. | 235 |
| 19. Trigonometria. | 239 |
| 20. Juros simples e composto. | 246 |
| 21. Matriz, determinantes e sistemas lineares. | 248 |

Ciências da Natureza e suas Tecnologias:

Química

| | |
|--------------------------------------------------------|-----|
| 1. Átomos e Matéria. | 265 |
| 2. Ligações Químicas. | 265 |
| 3. Funções Inorgânicas. | 265 |
| 4. Equilíbrio Iônico da Água. | 266 |
| 5. Transformações da Matéria. Grandezas Químicas. | 266 |
| 6. Estequiometria. | 266 |
| 7. Termoquímica. | 266 |
| 8. Eletroquímica. | 267 |
| 9. Cinética Química. | 267 |
| 10. Equilíbrio Químico. | 267 |
| 11. Química Orgânica. | 267 |
| 12. Funções Orgânicas. | 268 |
| 13. Química no Cotidiano. | 268 |

Biologia

| | |
|-------------------------------|-----|
| 1. Citologia. | 275 |
| 2. Ecologia. | 278 |
| 3. Genética. | 282 |
| 4. Corpo Humano e Saúde. | 287 |
| 5. Evolução. | 289 |
| 6. Fisiologia Animal. | 289 |

Física

| | |
|-----------------------------------------------------|-----|
| 1. Grandezas Físicas. | 299 |
| 2. Sistemas de Unidades. | 299 |
| 3. Vetores. | 299 |
| 4. Cinemática Escalar. | 299 |
| 5. Leis de Newton. | 300 |
| 6. Tipos De Forças e o Plano Inclinado. | 300 |
| 7. Trabalho de uma Força. | 301 |
| 8. Impulso, Quantidade de Movimento e Choques. | 302 |
| 9. Gravitação Universal. | 302 |
| 10. Estática dos Corpos Rígidos. | 302 |
| 11. Hidrostática. | 303 |
| 12. Escalas Termométricas. | 303 |
| 13. Dilatação Térmica. | 303 |
| 14. Calorimetria. | 304 |
| 15. Gases Perfeitos. | 304 |
| 16. Termodinâmica. | 304 |

| | |
|------------------------------------------------|-----|
| 17. Óptica Geométrica. | 305 |
| 18. Reflexão da Luz - Espelhos Planos. | 305 |
| 19. Reflexão da Luz - Espelhos Esféricos. | 305 |
| 20. Refração da Luz. Lentes. | 305 |
| 21. Visão. | 306 |
| 22. Ondulatória. | 306 |
| 23. Acústica. | 307 |
| 24. Eletrostática Eletrodinâmica. | 308 |
| 25. Física Moderna..... | 309 |

Ciências Humanas e suas Tecnologias:

História

| | |
|--------------------------------------------|-----|
| 1. Idade Antiga | 317 |
| 2. Idade Média | 327 |
| 3. Idade Moderna | 334 |
| 4. Idade Contemporânea | 345 |
| 5. Brasil Colonial | 376 |
| 6. Brasil Imperial | 382 |
| 7. 1ª República | 392 |
| 8. Era Vargas | 397 |
| 9. Período Democrático (1946 – 1964) | 398 |
| 10. Ditadura e Redemocratização..... | 400 |

Geografia

| | |
|----------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Entendendo os Conceitos Identidade Cultural e Cultura. | 413 |
| 2. Diversidade Cultural no Brasil. | 413 |
| 3. Povo Brasileiro: Nativos, Negros e Imigrantes. | 413 |
| 4. Globalização e Cultura Mundial. | 413 |
| 5. Orientação e Localização. Coordenadas Geográficas. | 414 |
| 6. Escala Cartográfica. | 414 |
| 7. Projeções Cartográficas. | 414 |
| 8. Mapas Temáticos. | 415 |
| 9. Divisões Regionais: Brasil e Mundo. | 416 |
| 10. Território, Territorialidade, Fronteira e Conflito. | 417 |
| 11. Geopolítica e a Velha Ordem Mundial. | 417 |
| 12. Geopolítica e a Nova Ordem Mundial. | 417 |
| 13. Globalização e Neoliberalismo. | 417 |
| 14. Integração Regional ou Formação de Blocos Econômicos. | 418 |
| 15. Migração, Imigração, Emigração e Tipos de Migração. | 418 |
| 16. Fluxos Migratórios no Brasil e no Mundo. | 418 |

ÍNDICE

| | |
|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| 17. Conflitos Migratórios, Refugiados e Xenofobia. | 418 |
| 18. Países Emergentes e Importância dos BRICS. | 419 |
| 19. Cidade, Espaço Urbano e Espaço Rural: Definição e Função. | 419 |
| 20. Industrialização e Urbanização. | 419 |
| 21. Urbanização Brasileira e Regiões Metropolitanas. | 419 |
| 22. A Questão Agrária e Conflitos no Campo no Brasil. | 419 |
| 23. Rede e Hierarquia Urbana Brasileira. | 419 |
| 24. Concentração e Desconcentração das Indústrias no Brasil. | 420 |
| 25. Estrutura e Métodos de Produção Industrial: Fordismo e Toyotismo. | 420 |
| 26. Terceira Revolução Industrial e o Mundo do Trabalho. | 420 |
| 27. Modernização Agrícola, Agronegócio e Agricultura Familiar. | 420 |
| 28. Tempo e Clima Brasileiro. | 421 |
| 29. Vegetação do Brasil. | 421 |
| 30. Domínios Morfoclimáticos Brasileiros. | 422 |
| 31. Estrutura Geológica. | 422 |
| 32. Geomorfologia. | 423 |
| 33. Bacias Hidrográficas Brasileiras. | 423 |
| 34. Fontes de Energia Renováveis e não renováveis. | 423 |
| 35. Fontes Energéticas no Brasil e Produção de Energia. | 423 |
| 36. Modelo de Desenvolvimento, Vida Urbana e Impactos Ambientais. | 423 |
| 37. Uso dos Recursos Hídricos e Impactos Ambientais. | 424 |
| 38. Mudança Climática e Poluição Atmosférica. | 424 |
| 39. Nova Ordem Ambiental e as Conferências Ambientais Internacionais. | 429 |

Filosofia

| | |
|-------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução. | 439 |
| 2. Como Devemos nos Relacionar?. | 440 |
| 3. Conceitos Políticos. | 441 |
| 4. O Ser Humano e a Condição Humana. | 453 |

Sociologia

| | |
|---------------------------------------------|-----|
| 1. Introdução. Conceitos Sociológicos. | 461 |
| 2. Conceitos Antropológicos. | 465 |
| 3. Conceitos da Ciência Política. | 469 |

É partidário Rousseau da democracia direta, entendendo tratar-se a representação de forma de alienação da soberania. Os deputados do povo, destarte, não são seus representantes, mas, apenas, seus comissários.

O exercício do poder político é tratado como um serviço público, uma tarefa de Estado, da qual o povo não pode jamais abrir mão. Igualmente, o combate, a luta para defender o novo Estado, que se encaminha para ruína quando o cidadão prefere servi-lo com sua bolsa e não com sua pessoa.

Para Rousseau, a representação política traz consigo outro problema grave, que deve ser combatido nos seios do Estado, qual seja, o tráfico dos interesses privados nos negócios públicos. Essa concepção de organização política vai de encontro ao preconizado por Montesquieu, segundo Rousseau, um feudal mal disfarçado, que, a partir do estudo da Inglaterra e, especialmente, do parlamento britânico, optou pela defesa da democracia representativa.

A soberania é indivisível, afirma Rousseau, mais uma vez se contrapondo a Montesquieu, para quem a divisão do poder político entre legislativo, executivo e judiciário, “independentes e igualmente poderosos”, era imprescindível à manutenção do estado de direito. Para Rousseau, ou a vontade é geral ou não é; é a do corpo do povo ou somente de uma parte; sendo de uma parte, não passa de uma vontade particular; portanto, dividi-la em seu princípio é matá-la.

Tratando da liberdade, afirma-se ser Rousseau o mais coerente representante da teoria da soberania, derivada por ele da vontade, de modo a poder conceber o poder político à imagem estrita da força de vontade individual. Assim, a vontade geral se expressa por meio da lei, cuja elaboração deve ficar a cargo do legislador, um ser superior, inteligente, quase divino, mas, submetida à vontade geral, pelo sufrágio popular.

Por isso que, para fazer a lei, só alguém capaz de uma empresa acima das forças humanas e, para executá-la, uma autoridade que nada é. Mesmo sendo alguém quase divino, quem redige as leis não pode ter qualquer direito legislativo; este é inalienável, pertence ao povo soberano.

Para Rousseau, preocupado em pôr limites aos abusos, desejos e vontades privadas, só a lei, a mais sublime de todas as instituições humanas, seria capaz de assegurar ao estado social a justiça e a liberdade. O objeto da lei, entretanto, deve ser necessariamente geral, considerando os súditos no seu conjunto e as ações como abstratas, jamais um homem individualmente, nem uma ação particular.

O legislador, na elaboração das leis, não pode esquecer dos hábitos, costumes e sobretudo da opinião; ou seja, o legislador, na sua tarefa quase divina de elaborar as leis, haverá que examinar a que povo se destina, se está apto a suportá-las, antes de empreender o seu hercúleo empreendimento. Quanto à execução das leis, é tarefa do governo, formado por magistrados ou reis, governadores, que age como ministro do soberano.

É, portanto, um corpo intermediário (Príncipe) entre súditos e soberano, encarregado da manutenção da liberdade civil e política. Esse corpo executa as leis, não as interpreta; tarefa essa reservada ao legislativo (vontade geral).

Eis a democracia de Rousseau: o poder político integralmente na mão do povo, soberano, a quem, diretamente, cabe a aprovação das leis; e um governo que, na execução das leis, se limita a ser ministro da vontade geral.

Kant

Immanuel Kant, sendo o último dos filósofos modernos, foi o que melhor construiu um sistema de filosofia e de filosofia do direito dentre eles. Esse sistema, grandemente afinado ao Iluminismo (Kant era admirador confesso de Rousseau, por exemplo), esteve também, quase sempre, servindo às perspectivas de uma ordem burguesa de direito, capitalista, liberal¹².

Kant não só produz, para a filosofia e para a filosofia do direito, um sistema de pensamento liberal que deriva em nosso legalismo, mas também apresenta proposições e novas encruzilhadas filosóficas que serão enfrentadas pelo pensamento contemporâneo, a começar, depois dele, por Hegel, e a continuar com Marx, cujos pensamentos estão, em substancial parte, opostos ao sistema kantiano.

• O Pensamento Filosófico kantiano

Nascido em Königsberg, na Alemanha, em 1724, Kant era de família pobre, tendo estudado com os cristãos pietistas. Muito embora sua formação racionalista, Kant estará, em toda a sua trajetória intelectual, de algum modo ligado aos temas fundamentais de certa consideração moral cristã.

O pensamento kantiano apresenta três fases bastante distintas. Na primeira delas, durante sua juventude e sua primeira maturidade, Kant se volta aos temas clássicos das ciências da natureza, física, astronomia, entre outros.

Em sua segunda fase, Kant passa a tratar dos temas propriamente filosóficos, embora a característica fundamental de suas obras em tal período seja a da exposição de reflexões filosóficas tradicionais do pensamento moderno.

Em sua terceira e última fase, nas décadas finais de sua vida, Kant elabora definitivamente os pressupostos de sua metodologia filosófica, tratando do criticismo filosófico de maneira ampla. Nessa fase, rompe com a tradição da metafísica racionalista europeia, inaugurando não uma especulação sobre ideias genéricas, mas sim sobre as possibilidades do próprio conhecimento e do juízo.

Nessa última fase de seu pensamento encontram-se suas três grandes críticas, a Crítica da razão pura (1781), a Crítica da razão prática (1788) e a Crítica da faculdade de julgar (1790). A Fundamentação da metafísica dos costumes está ainda nessa fase (1785).

Diversos textos que abordam temas específicos, como: À paz perpétua (1795) e a Metafísica dos costumes (1797), são obras dessa etapa final de sua vida, que se poderiam contar como um momento derradeiro, após suas três grandes críticas, e com relevo interessam ao direito. Na própria Metafísica dos costumes Kant trata especialmente do direito, na primeira parte da obra, a chamada “Doutrina do direito”.

O ambiente no qual se desenvolve a filosofia kantiana é o da ascensão da burguesia e dos ideais liberais na Europa, ideias estas que, de variadas formas, agitavam o debate intelectual alemão. O Iluminismo já havia entrado na Alemanha, principalmente por meio de Wolff, de quem Kant trará vários referenciais para sua obra.

O ambiente intelectual alemão, no entanto, tradicionalmente idealista, dominado por vários sistemas metafísicos, começou por receber, da parte de Kant, grande reprovação. No começo de sua trajetória intelectual, Kant havia se ligado de maneira intensa às ciências naturais, às comprovações empíricas, científicas, muito mais que propriamente aos sistemas de filosofia.

¹² MASCARO, Alysson Leandro. Filosofia do direito. 6ª ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2018.

Assim, Hegel é acusado de criar um quebra-cabeça lógico de elementos feudais com burgueses, procurando aprisionar o real e dele apresentar novas representações de cunho estritamente metafísicas. Como fim do seu pensamento filosófico, e, por extensão, da totalidade que representa, Hegel elege a síntese como a apoteose final do pensamento que se pensa a si mesmo.

Mas disso cria armadilhas para si, ignorando que a realidade lógica de seu sistema é uma coisa completamente diferente do que ocorre na lógica da realidade. Embora os elementos feudais existam, na Alemanha, ao lado dos burgueses, isso não confere a Hegel, sob o ponto de vista dialético, razão em afirmar a imutabilidade de tal momento histórico.

Por outro lado, para Marx, o que existe de real é a sociedade movendo-se nas suas contradições internas, e por elas acomodando-se ou transformando-se conforme as forças, os interesses e as necessidades em jogo, desenvolvidas nas condições objetivas, definidas pelas “condições materiais de existência”.

Segundo Marx, Hegel promove tantas contradições que acaba usando a propriedade privada, particularmente o morgadio, para garantir o ingresso de uma classe específica da sociedade civil no centro do Estado, apontando o poder Legislativo como o eixo da universalidade, mas impedindo, ao mesmo tempo, o acesso de todos, quando barra o número (povo) enquanto elemento democrático. Sustenta o Estado como o reino da reconciliação e, ao menor piscar de olhos, sustenta a burocracia como o espírito do Estado.

Enfim, Marx assinala que, ao separar moral e Estado, Hegel apresenta a moral do Estado moderno: a ilusão racional em torno do Direito Privado. É por esse conjunto de fatores que Marx apela para o sentido de inverter as proposições hegelianas, isso por também perceber que, logicamente, as construções hegelianas estão, a princípio, montadas numa inversão a priori, ou melhor, Hegel não olha a materialidade como ela é, por isso é preciso uma metodologia da desinversão do ideal pelo real.

A presença do real, para Hegel, converte-se em idealizações, porque só essas são reais e a experiência não é condição de universalidade, o que faz as abstrações constituírem-se num plano concreto. No entanto, mesmo sendo relevante o conjunto das oposições de Marx a Hegel, ao ler-se *A Filosofia do Direito*, levando em consideração o critério de apatia, por força da observação, chega-se à conclusão de que seu pensamento parece retratar não só o Estado moderno, mas também o contemporâneo, sobretudo nos últimos trinta anos, em que cada vez mais o poder Legislativo perde, por motivos diversos, o seu papel de legislar, em favor do poder Executivo, cabendo a este o incremento do universal no seio das particularidades.

Por isso, estando certo ou não, constata-se que ao poder Legislativo ficou reservado o papel de moldura constitucional. O poder Executivo, por outro lado, trouxe para si a tarefa de ser o grande poder no interior das instituições políticas, constituindo-se na própria representação da soberania.

Portanto, nada mais hegeliano do que a atualidade dos Estados nacionais.

A Filosofia do Direito busca, por meio de suas especulações, prever que o plano do Estado, portanto, o plano do conceito do Direito, é a liberdade como meio fim por meio da normatividade, enquanto garantias político jurídicas, tomando o indivíduo como ser social.

Conclui-se, assim, que o pensamento político de Hegel, por mais paradoxal que seja, ainda é uma leitura consistente contra os esforços atomizantes do pensamento liberal, que insiste, apesar da tragédia social contemporânea, em ser a melhor construção política para se pensar a realidade e promover o ideal de uma sociedade, no mínimo, inteligente.

Marx

O pensamento político de Marx molda-se a partir da crítica a Hegel, desde o prisma de que esta filosofia seria a expressão definitiva do ideal da sociedade burguesa (em particular, da realidade alemã). Nesse sentido, Marx denuncia a falácia da autonomia da esfera estatal enquanto polo de superação das cisões sociais, tal como apreendida pelo idealismo hegeliano, desvelando a ligação intrínseca entre a moderna forma de Estado e a sociedade burguesa, isto é, a economia capitalista¹⁴.

Bem entendida, essa posição não implicará reduzir a esfera política às determinações econômicas, como as leituras “economicistas” de Marx, por vezes amparada em algumas passagens de suas obras, defendem, mas compreender o vínculo dialético que as une. Afinal, contra o “materialismo intuitivo” feuerbachiano, que não apreende a sensibilidade como atividade prática, limitando-se a intuir os indivíduos singulares e a sociedade civil, o materialismo histórico, que começa a se esboçar nos escritos aqui tratados, adota o ponto de vista [da] sociedade humana ou [da] humanidade social.

Com efeito, se o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso, apenas por um prisma que integra os diferentes fatos da vida social (enquanto elementos do desenvolvimento histórico) numa totalidade, é que o conhecimento dos fatos se torna possível enquanto conhecimento da realidade. É justamente a unidade concreta do todo, que confere sentido à dialética de Marx, e é à luz “perspectiva da totalidade” que as linhas de força de seu pensamento político, moldadas em seus escritos iniciais, devem ser consideradas e servir de horizonte para o tratamento do tema.

De fato, para Marx, a autonomia completa de qualquer esfera da vida social nada mais seria do que a aparência ilusória de uma realidade forçosamente totalizante, e, *ipso facto*, indissoluvelmente articulada, mas jamais redutível mecanicamente a um plano particular. Por isso, se, por um lado, o Estado moderno se ergue sobre as contradições da sociedade civil, isto é, do modo de produção capitalista, por outro, a dominação de classe que ele assegura jamais pode ser compreendida divorciada das inúmeras mediações que, de resto, a própria luta política em seu interior, a luta de classes, constrói.

Além disso, ao apontar naquela direção, ato contínuo, Marx anuncia a necessidade de reincorporar a esfera do universal no particular, isto é, superar concretamente a contradição entre ambos, como meio de reconciliar o ser humano consigo mesmo, superando a alienação em curso. Ou seja, extinguir o aparato estatal como polo separado da vida material do conjunto dos indivíduos, enquanto requisito imprescindível para uma verdadeira emancipação da humanidade, a mesma prometida, mas não integralmente realizada, pela modernidade e os *droits de l’homme*.

14 SANTOS, Vinícius dos. A formação do pensamento político de Marx: crítica a Hegel, emancipação humana e fim do estado. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea Brasília*, vol. 4, nº 1, 2016.

Esses casos extremos servem para ilustrar o processo comum pelo qual cada criança recebe a tradição cultural, sempre mediada pelos outros homens, com os quais aprende os símbolos e torna-se capaz de agir e compreender a própria experiência.

A linguagem simbólica e o trabalho constituem, assim, os parâmetros mais importantes para distinguir o homem dos animais. Vamos, então, reforçar algumas características desse “estar no mundo” tão típico do ser humano.

Não se pode dizer que o homem tem instintos como os dos animais, pois a consciência que tem de si próprio o orienta, por exemplo, para o controle da sexualidade e da agressividade, submetidas de início a normas e sanções da coletividade e posteriormente assumidas pelo próprio indivíduo. O homem foi “expulso do paraíso” a partir do momento em que deixou de se instalar na natureza da mesma forma que os animais ou as coisas.

Assim, o comportamento humano passa a ser avaliado pela ética, pela estética, pela religião ou pelo mito. Isso significa que os atos referentes à vida humana são avaliados como bons ou maus, belos ou não, pecaminosos ou abençoados por Deus, e assim por diante.

Essa análise é válida para qualquer outra ação humana: andar, dormir, alimentar-se não são atividades puramente naturais, pois estão marcadas pelas soluções dadas pela cultura e, posteriormente, pela crítica que o homem faz à cultura.

Ao definir o trabalho humano, assinalamos um binômio inseparável: o pensar e o agir. Toda ação humana procede do pensamento, e todo pensamento é construído a partir da ação. A capacidade de alterar a natureza por meio da ação consciente torna a situação humana muito específica, por estar marcada pela ambigüidade e instabilidade.

A condição humana é de ambigüidade porque o ser do homem não pode ser reduzido a uma compreensão simples, como aquela que temos dos animais, sempre acomodados ao mundo natural e, portanto, idênticos a si mesmos. O homem é o que a tradição cultural quer que ele seja e também a constante tentativa de ruptura da tradição. Assim, a sociedade humana surge porque o homem é um ser capaz de criar interdições, isto é, proibições, normas que definem o que pode e o que não pode ser feito. No entanto, o homem é também um ser capaz de transgressão. Transgredir é desobedecer. Não nos referimos apenas à desobediência comum, mas àquela que rejeita as fórmulas antigas e ultrapassadas para instalar novas normas, mais adequadas às necessidades humanas diante dos problemas colocados pelo existir. A capacidade inventiva do homem tende a desalojá-lo do “já feito”, em busca daquilo que “ainda não é”. Portanto, o homem é um ser da ambigüidade em constante busca de si mesmo.

E é por isso que o homem é também um ser histórico, capaz de compreender o passado e projetar o futuro. Saber aliar tradição e mudança, continuidade e ruptura, interdição e transgressão é um desafio constante na construção de uma sociedade sadia.

Concepções de homem

A questão antropológica — o que é o homem? — é a primeira que se coloca em qualquer situação vivida pelo homem. Quando dizemos que se trata de uma questão primeira, não nos referimos à prioridade histórica, pois nem sempre esse questionamento ocorre de fato. Por exemplo, nas sociedades tradicionalistas, como a China e o Egito da Antigüidade, ou ainda nas tribos primitivas, a indagação sobre o que é o homem não chega a ser problemática, já que a

tradição define os modelos de idéias e condutas que serão transmitidos pelos depositários do saber, tais como o sacerdote, o escriba e o mandarim.

Consideramos a prioridade da questão antropológica no sentido filosófico de princípio, fundamento, ou seja, ao examinar a fundo qualquer teoria ou atividade humana, sempre podemos descobrir a idéia de homem a ela subjacente. Assim, na longa caminhada da humanidade, o homem fez de si próprio as mais diversas representações, dependendo das situações e dificuldades enfrentadas na luta pela sobrevivência e na tentativa de explicar o mundo que o cerca. Mesmo que não esteja claramente explícito, há um conceito de homem subjacente em cada comportamento. Certamente, o conceito do que é ser homem varia em cada cultura, conforme seja considerado o cidadão da pólis grega, ou o nobre medieval, ou o índio, ou o indivíduo das megalópoles modernas.

Antropologia (gr. *anthropos*: homem, e *logos*: teoria, ciência): a) antropologia científica: ciência humana que estuda as diferentes culturas quanto aos mais diversos aspectos (relações familiares, estruturas de poder, costumes, tradições, linguagem etc.); engloba a etnografia e a etnologia, b) Antropologia filosófica: questionamento filosófico a respeito do que é o homem; investigação a propósito do conceito que o homem faz de si próprio.

Mas, quando a cultura sofre crises, como a ruptura de antigas certezas, surge o questionamento, e o homem busca novas representações de si mesmo. Foi o que aconteceu, por exemplo, na Grécia, onde o desenvolvimento da reflexão filosófica se deu após uma série de transformações as mais diversas, tais como a formação das cidades e o desenvolvimento do comércio. A busca, resultante da incerteza, se expressa bem nas máximas de Sócrates “Só sei que nada sei” e “Conhece-te a ti mesmo”, que, em última análise, representam o projeto da razão nascente de estabelecer critérios não-religiosos para a compreensão do homem.

As transformações das técnicas e das ciências também contribuem para modificar as representações que o homem faz de si mesmo. Basta citar o que significou o advento da escrita, da imprensa ou, no nosso século, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. Não constitui exagero, por exemplo, refletir sobre o impacto causado pela teoria heliocêntrica de Copérnico, que, no século XVI, rompeu com a crença de que a Terra ocupava o lugar privilegiado de centro do Universo.

Assim como podemos compreender as diversas concepções de homem a partir das mudanças ocorridas nas formas do existir humano, também é importante entender como, por sua vez, as concepções de homem influenciam outras teorias. A ação política, a ação pedagógica, a ação moral, entre outras, assumem características diferentes conforme tenham por pressuposto uma ou outra concepção de homem. Por exemplo, se partirmos da concepção de que as paixões são distúrbios, perturbações da alma, exigiremos normas de comportamento diferentes daquelas estabelecidas a partir de teorias que concebem as paixões como forças vitais a serviço da humanização. Por isso são tão opostas as concepções estoíco-cristãs de ética — que se identificam com o primeiro exemplo — e a filosofia de Nietzsche, que justamente critica essa forma de pensar e a prática dela decorrente.

Existe uma natureza humana universal?

É possível admitir que existe uma natureza humana universal, idêntica na sua essência em todos os tempos e lugares, explicando-se as diferenças como simples acidentes ou desvios a serem corrigidos?

CONCEITOS ANTROPOLÓGICOS

Antropologia é um ramo das ciências sociais que estuda o ser humano e a sua origem de maneira abrangente. Por meio de estudos sobre as características físicas, a cultura, a linguagem e as construções do ser humano, o antropólogo vai buscar determinar, com base em grupos sociais específicos, como se formaram os seres humanos a ponto de tornarem-se o que são em suas comunidades.

Conceito de antropologia

A palavra antropologia tem origem no idioma grego, o radical “antropo” vem de *antrophos* (homem) e “logia” vem de *logos* (razão ou, em sentido específico, estudo). A antropologia é, ao traduzirmos a palavra ao pé da letra, o estudo do ser humano em seu aspecto mais amplo.



Antropologia estuda as constituições do ser humano em suas origens e de maneira irrestrita.

A antropologia busca compreender como o ser humano formou-se e tornou-se o que ele é. Portanto, o antropólogo busca as raízes do ser humano estabelecendo (como a história) um estudo do passado para compreender quais foram essas origens. Isso é feito de maneira física ou biológica, social, cultural e até linguística, dependendo de qual vertente da antropologia estudada e de qual método antropológico utilizado.

O que a antropologia estuda?

Os estudos antropológicos buscam compreender como os povos viveram, como os seres humanos formaram-se e como a cultura humana desenvolveu-se. Dessa maneira, o antropólogo busca o trabalho de imersão numa determinada sociedade, a fim de observar e traçar teorias sobre a constituição cultural ou física dos indivíduos daquela sociedade.

Tipos de antropologia

→ *Concepção clássica de antropologia estabelecida a partir dos estudos europeus do século XIX e XX*

- **Antropologia biológica ou física:** é um estudo da formação do ser humano em seus aspectos físicos. Os antropólogos dessa vertente buscam, junto à biologia, determinar quais fatores levaram os seres humanos a desenvolver determinados atributos físicos em sociedades específicas.

Dessa maneira, se um antropólogo está estudando uma aldeia indígena que tem características próprias, ele vai procurar saber quais fatores geográficos e biológicos levaram aquela tribo a desenvolver as suas características peculiares.

- **Antropologia cultural:** é uma vertente mais ampla e busca compreender como se formaram as culturas dos diferentes grupos humanos, tomando cultura como um conjunto de hábitos, costumes, valores, religião, arte, culinária etc.



Lévi-Strauss, o antropólogo que fundou o estruturalismo.

→ *Concepção estadunidense de antropologia, subdividida em quatro campos*

- **Antropologia biológica ou física:** consiste no mesmo estudo de antropologia biológica ou física da divisão europeia clássica.

- **Antropologia cultural:** consiste no mesmo estudo de antropologia cultural da divisão europeia clássica.

- **Antropologia linguística:** com base nos estudos da linguagem de uma sociedade, determina as origens daquele povo. Um importante antropólogo que deu os impulsos para o reconhecimento desse ramo da antropologia foi o alemão, radicado nos Estados Unidos, Franz Boas. No fim da primeira metade do século XX, o antropólogo belga Claude Lévi-Strauss desenvolveu uma teoria que ficou conhecida como antropologia estruturalista, a qual se baseia na linguagem para determinar as estruturas similares das pessoas dentro de uma cultura. Apesar da importância de Boas, é com Lévi-Strauss que a antropologia passa a identificar na linguagem um objeto central de estudo.

- **Arqueologia:** busca compreender a formação do ser humano com base nos objetos materiais deixados por ele. Nesse sentido, o arqueólogo busca por armas, utensílios culinários, vestimentas, escritos e pinturas e utensílios em geral que possam expressar como os povos antigos viviam, o que permite elaborar teorias sobre o modo de vida e cultura dos seres humanos no passado.

Antropologia e sociologia

A antropologia surgiu como uma ferramenta da sociologia para compreender as diferenças étnicas dos seres humanos. No século XIX, nos estudos de história e geografia contemporâneos, a sociologia e a antropologia surgiram com um objetivo bem específico: *servir como meios de auxílio para o capitalismo industrial*.

A expansão industrial que a Europa viveu no século XIX colocou uma nova necessidade para a economia europeia: a busca de recursos naturais que serviriam de matéria-prima para a produção. Para satisfazer tal busca, as potências europeias, em especial a Inglaterra, a França e a Alemanha, iniciaram um novo processo de colonização dos países não desenvolvidos situados na África, na Oceania e na Ásia e que possuíam recursos naturais em abundância.

O fato de que o ser humano vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural. Tal tendência, denominada etnocentrismo, é responsável em seus casos extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais.

Não existem grupos superiores ou inferiores, mas grupos diferentes. Um grupo pode ter menor desenvolvimento tecnológico, se comparado a outro mas, possivelmente, é mais adaptado a determinado ambiente, além de não possuir diversos problemas que esse grupo “superior” possui.

A tendência do ser humano nas sociedades é de repudiar ou negar tudo que lhe é diferente ou não está de acordo com suas tendências, costumes e hábitos. Na civilização grega, o bárbaro, era o que “transgredia” toda a lei e costumes da época; este termo é, portanto, etimologicamente semelhante ao selvagem na sociedade ocidental.

O costume de discriminar os que são diferentes, porque pertencem a outro grupo, pode ser encontrado dentro de uma sociedade. Agressões verbais, e até físicas, praticadas contra os estranhos que se arriscam em determinados bairros periféricos de nossas grandes cidades é um dos exemplos.

Incluem-se aqui as pessoas que observam as outras culturas em função da sua própria cultura, tomando-a como padrão para valorizar e hierarquizar as restantes.

Comportamentos etnocêntricos resultam também em apreciações negativas dos padrões culturais de povos diferentes. Práticas de outros sistemas culturais são catalogadas como absurdas, deprimentes e imorais.

Evolucionismo cultural

Na época histórica de seu aparecimento como ciência, a antropologia sofreu a influência da ideia dominante no mundo científico: o evolucionismo, consagrado pela publicação de *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859. Por isso, na segunda metade do século XIX, a nascente ciência concebeu os diferentes grupos humanos como sujeitos em desenvolvimento. As distintas sociedades evoluiriam todas na mesma direção, passando por etapas e fases de desenvolvimento e diferenciação cultural inevitáveis e escalonadas, seguindo uma transformação que levaria do simples ao complexo, do homogêneo ao heterogêneo, do irracional ao racional. Para os antropólogos evolucionistas, todos os grupos humanos teriam que atravessar necessariamente as mesmas etapas de desenvolvimento, e as diferenças que podem ser observadas entre as sociedades contemporâneas seriam apenas defasagens temporais, consequência dos ritmos diversos de evolução.

Embora hoje em dia estejam muito superadas as principais teses evolucionistas, é considerável a maneira pela qual continuam influenciando a linguagem vulgar e o próprio vocabulário especializado da antropologia. Assim, às vezes fica difícil ao especialista descrever fenômenos antropológicos sem ter que recorrer a vocábulos viciados pelo conteúdo evolucionista que os impregnou durante muitos anos. Nesse sentido, a utilização de conceitos como “sociedades primitivas”, “civilizações evoluídas” etc. pressupõe uma aceitação implícita de seu fundo ideológico evolucionista. Para evitar confusões, muitos antropólogos falam hoje de “sociedades de tecnologia simples”, ou “sociedades de pequena escala”, em oposição a “sociedade de tecnologia complexa” ou “sociedades industriais”.

Os mais influentes antropólogos evolucionistas foram o americano Lewis Henry Morgan e o inglês Edward B. Tylor. Morgan publicou em 1877 seu estudo *Ancient Society* (A sociedade primitiva), no qual distinguia três etapas por que passaram, ou passarão, todas as sociedades humanas: selvajaria, barbárie e civilização, numa seqüência obrigatória de progresso. De igual forma, estabeleceu vários estágios sucessivos para a formação da família, os quais iriam desde a promiscuidade primitiva à família bilateral moderna de tipo europeu.

Tylor, por sua vez, realizou estudos comparativos das manifestações religiosas das diferentes sociedades humanas, acreditando, depois disso, poder estabelecer três etapas na evolução da ideologia religiosa dos povos: animismo, politeísmo e monoteísmo. Embora as teses de Tylor tenham sido amplamente criticadas, suas concepções sobre a evolução das religiões continuam presentes na linguagem vulgar.

A escola evolucionista mostrou-se consideravelmente carregada de preconceitos etnocêntricos, o que levou seus representantes a considerarem a sociedade européia como a mais evoluída e a acreditarem que todas as outras tenderiam a alcançar a mesma perfeição. Se for levado em conta, além disso, que nem sempre se dispunham de conceitos suficientemente diferenciados sobre sociedade e raça, compreende-se que a intenção de encaixar as sociedades -- e as raças -- num quadro evolutivo gerasse conclusões precipitadas e errôneas. No entanto, em defesa da escola evolucionista é preciso lembrar que a antropologia era então uma ciência quase inexistente, cujo desenvolvimento muito se beneficiou dos estudos e esforços dos adeptos dessa escola. Quando tais teses começaram a ser abandonadas pela maioria dos antropólogos, os métodos e procedimentos da nova ciência já estavam encaminhados e ela começava a dar seus frutos.

Relativismo cultural

O Relativismo Cultural é uma ideologia político-social que defende a validade e a riqueza de qualquer sistema cultural e nega qualquer valorização moral e ética dos mesmos.

O relativismo cultural defende que o bem e o mal, o certo e o errado, e outras categorias de valores são relativos a cada cultura. O “bem” coincide com o que é “socialmente aprovado” numa dada cultura. Os princípios morais descrevem convenções sociais e devem ser baseados nas normas da nossa sociedade.

Relativismo cultural é o princípio que prega que uma crença e/ou atividade humana individual deva ser interpretada em termos de sua própria cultura. Esse princípio foi estabelecido como axiomático na pesquisa antropológica de Franz Boas nas primeiras décadas do século XX e, mais tarde, popularizado pelos seus alunos. A ideia foi articulada por Boas em 1887: “...civilização não é algo absoluto, mas (...) é relativa, e, nossas ideias e concepções são verdadeiras apenas na medida de nossa civilização”.

Se tais afirmações necessitam ou não de uma postura ética é um argumento para ser debatido. No entanto, o que é importante é que este princípio não seja confundido com relativismo moral.²

² Fonte: www.academiaedu/www.brasilecola.uol.com.br

MOROZOV, E. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018 (adaptado).

Contrariando a visão prevalente sobre o impacto tecnológico nas relações humanas, o texto revela que os celulares podem desempenhar uma função

- (A) recreativa, promovendo o lazer em redes integradas.
- (B) social, estimulando a reciprocidade por meios digitais.
- (C) laboral, convertendo o desenvolvedor em usuário final.
- (D) comercial, direcionando a escolha por produtos industrializados.
- (E) cognitiva, favorecendo a aprendizagem pelas ferramentas virtuais.

2.(ENEM/2022)

Após sete anos da ocupação de um terreno abandonado em Santo André, no ABC paulista, os condomínios Novo Pinheirinho e Santos Dias foram inaugurados, com a presença de representantes dos governos federal, estadual e municipal. A ocupação começou em 2012 e, desde então, o movimento vinha reivindicando o direito de usufruir do espaço para a construção de casas. A Carta Magna, em seu art. 6º, garante a todos os brasileiros o direito à moradia.

PUTTI, A. Disponível em: www.cartacapital.com.br. Acesso em: 13 nov. 2021 (adaptado).

O texto apresenta uma estratégia usada pelo movimento social para

- (A) fragilizar o poder público.
- (B) fomentar a economia solidária.
- (C) controlar a propriedade estatal.
- (D) garantir o preceito constitucional.
- (E) incentivar a especulação imobiliária.

3.(ENEM/2022)

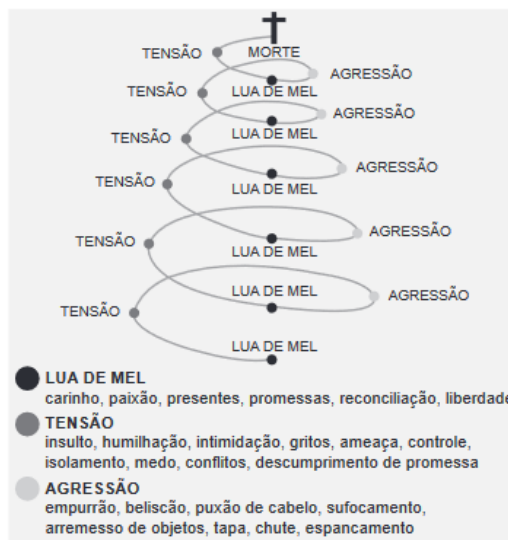
O leproso é visto dentro de uma prática da rejeição, do exílio-cerca; deixa-se que se perca lá dentro como numa massa que não tem muita importância diferenciada; os pestilentos são considerados num policiamento tático meticuloso onde as diferenciações individuais são os efeitos limitantes de um poder que se multiplica, se articula e se subdivide. O grande fechamento por um lado; o bom treinamento por outro. A lepra e sua divisão; a peste e seus recortes. Uma é marcada; a outra, analisada e repartida. O exílio do leproso e a prisão da peste não trazem consigo o mesmo sonho político.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

Os modelos autoritários descritos no texto apontam para um sistema de controle que se baseia no(a):

- (A) Formação de sociedade disciplinar.
- (B) Flexibilização do regramento social.
- (C) Banimento da autoridade repressora.
- (D) Condenação da degradação humana.
- (E) Hierarquização da burocracia estatal.

4.(ENEM/2022)



Disponível em: <https://ndmais.com.br>. Acesso em: 8 out. 2021.

O ápice da ilustração se traduz por uma conduta social caracterizada pela

- (A) cultura do cancelamento.
- (B) prática do feminicídio.
- (C) postura negacionista.
- (D) ação involuntária.
- (E) defesa da honra.

5.(ENEM/2022)

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?

JESUS, C. M. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

O texto, que guarda a grafia original da autora, expõe uma característica da sociedade brasileira, que é o(a):

- (A) Racismo estrutural.
- (B) Desemprego latente.
- (C) Concentração de renda.
- (D) Exclusão informacional.
- (E) Precariedade da educação.